

## **As cidades, parceiras de uma política local de prevenção da criminalidade na Europa**

Os Presidentes das Câmaras Municipais da União Europeia, membros do Fórum Europeu para a Segurança Urbana e comprometidas em políticas activas de luta contra as discriminações e da redução da insegurança que afecta a vida quotidiana dos seus concidadãos, estão particularmente preocupados com o crescimento da crise económica, do desemprego, a constante chegada de imigrantes em situação de extrema precariedade, assim como da multiplicação de situações sociais que possam pôr em perigo a segurança das pessoas.

Os Presidentes temem o desenvolvimento de uma fractura social agravando as desigualdades no acesso aos direitos de cidadania, os sentimentos de rejeição contra as pessoas socialmente desfavorecidas. Especificamente, temem um aumento das situações de violência e das oportunidades favoráveis à delinquência, às desordens públicas e aos danos à propriedade e à integridade das pessoas.

Os Presidentes condenam qualquer declaração, atitude e acções com vista a estigmatizar e a tornar alguns habitantes ou grupos de habitantes das suas cidades responsáveis pela situação. Eles rejeitam qualquer uso demagógico de situações de insegurança e de distúrbios da ordem pública para fins eleitorais.

Mais do que nunca, os Presidentes pretendem preservar um clima de tolerância, de respeito mútuo, o respeito pela lei indispensável para estabelecer as bases para uma saída «por cima» da crise. Neste período difícil, os Presidentes querem contribuir para o respeito da legalidade e a salvaguarda dos direitos de todos dentro da cidade.

A imigração regulada é ainda um trunfo para o crescimento económico. Os travões à inserção social, cultural, económica e ao reforço das capacidades das pessoas não contribuem para uma política de segurança.

Os Presidentes lembram que as eleições europeias são a oportunidade para os eleitores europeus fazerem escolhas claras sobre a forma de lutar eficazmente pelo emprego, pela inclusão dos jovens nas nossas sociedades, pela prevenção da violência e da criminalidade e pelo respeito da legalidade. Reafirmam os princípios de acção do Manifesto de Saragoça de 2006 que fez das cidades actores principais da prevenção da criminalidade e da prevenção uma prioridade para a Europa da Justiça, da Segurança e da Liberdade.

O futuro Parlamento eleito deverá reconhecer a prevenção da delinquência como um objectivo comum com meios adequados e permanentes.

Em conformidade com o princípio de subsidiariedade, a Europa deve apoiar as Colectividades locais, directamente confrontadas aos problemas actuais, organizar o inventário de todas as iniciativas tomadas pelas cidades para enfrentar a crise, permitindo a sua ampliação e a sua multiplicação. Para este fim, propõem ao Parlamento e ao Comité das Regiões a realização de um fórum das Colectividades locais disponíveis para reforçar os laços de justa solidariedade, favoráveis à criatividade com vista a criar novos empregos e novas formas para melhorar o bem estar dos cidadãos.

A crise actual não deve levar à desagregação da Europa, mas a um novo desenvolvimento por via da inclusão dos municípios na política europeia. As cidades são os parceiros de uma Europa que enfrenta, unida, a crise social, económica e a insegurança.